

# REVISTA DE ARQUEOLOGIA

Volume 37 No. 1 Janeiro - Abril 2024

ARTIGO

## DESTRUIÇÃO, GENEALOGIAS NEGRAS E MATERIALIDADE DO RACISMO À BRASILEIRA A PARTIR DA EXPLOSÃO DA ILHA DO BRAÇO FORTE, EM MARÇO DE 1954

Rafael de Abreu e Souza\*

### RESUMO

Este texto explora caminhos para arqueologias do racismo à brasileira a partir de um olhar micro-histórico. Propõe-se uma arqueologia negra que é letramento racial e que amarra a sociologia ambiental, a antropologia e a história social à gíngua arqueológica sob perspectivas ancestrais. Analisam-se as práticas materiais que deram base aos constrangimentos estruturais aos quais foi submetido um guarda portuário, Antônio Luiz Aguapio (1904-1985), focando em sua trajetória entre territórios negros e racializados e em seu trabalho na Ilha do Braço Forte, no Rio de Janeiro. Conclui-se que sua jornada conecta ruínas, criminalização e destruição, ponderando como as encruzilhadas de sua vida são exemplos de uma arqueologia que pensa racismo, capitalismo e excessos materiais da modernidade.

**Palavras-chave:** arqueologia negra; perspectiva afrodiaspórica; destruição; crime; racismo.

\*Doutorem Arqueologia pelo Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo (MAE-USP).  
E-mail: [rafaelabreusouza@gmail.com](mailto:rafaelabreusouza@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1963-5394>.

## DESTRUCTION, BLACK GENEALOGIES, AND THE MATERIALITY OF BRAZILIAN RACISM DURING THE BRAÇO FORTE ISLAND EXPLOSION IN MARCH 1954

---

### ABSTRACT

This text explores possibilities for archaeologies of the Brazilian racism from a micro historical perspective. It proposes a black archeology that is racial literacy and that links environmental sociology, anthropology, and social history to archaeology under ancestral perspectives. It analyzes the material practices that gave rise to the structural constraints to which a port guard, Antônio Luiz Aguapio (1904-1985), was subjected, focusing on his trajectory among black and racialized territories and his work on the Braço Forte Island, on Rio de Janeiro. In conclusion, his journey connects ruins, criminalization, and destruction, considering how the crossroads of his life are an example of an archeology that reflects on racism, capitalism, and the material excesses of modernity.

**Keywords:** black archeology; Afrodiasporic approaches; destruction; crime; racism.

## DESTRUCCIÓN, GENEALOGÍAS NEGRAS Y LA MATERIALIDAD DEL RACISMO BRASILEÑO DESDE LA EXPLOSIÓN DE LA ISLA BRAÇO FORTE, MARZO DE 1954

---

### RESUMEN

Este texto explora los recorridos para las arqueologías del racismo brasileño desde una perspectiva micro histórica. Se propone una arqueología negra que es literacidad racial y que vincula la sociología ambiental, la antropología y la historia social a una arqueología desde perspectivas ancestrales. Se analizan las prácticas materiales que dieron origen a las restricciones estructurales a las cuales fue sometido el guardia portuario Antônio Luiz Aguapio (1904-1985), centrándose en su trayectoria entre territorios negros y racializados y su en su trabajo en la isla Braço Forte, en Río de Janeiro. Se concluye que su recorrido conecta ruina, criminalización y destrucción, y que las encrucijadas de su vida son ejemplos de una arqueología que piensa el racismo, el capitalismo y los excesos materiales de la modernidad.

**Palabras clave:** arqueología negra; perspectiva afrodiaspórica; destrucción; crimen; racismo.

No dia seis de março de 1954, dezessete bombeiros perderam suas vidas na explosão de um armazém na Ilha do Braço Forte, situada na baía de Guanabara, Rio de Janeiro. A aproximadamente onze quilômetros do Porto do Rio, a ilha pertencia à sua administração e, assim, ao Ministério da Aviação. Era uma área controlada, por receber produtos inflamáveis, corrosivos e explosivos. Em torno das seis horas da tarde desse dia, chamas no interior de um dos armazéns chamaram a atenção de um dos guardas portuários em serviço, Antônio Luiz Aguapio, que reuniu a pequena comunidade insulana (outro guarda, um carpinteiro e sua família, alguns pescadores) para tentar resolver o problema, usando pás, baldes e latas para jogar areia nas chamas.

Sem sucesso, e percebendo que o fogo se alastrava, o grupo partiu de barco, não sem antes contatar a administração do porto, que acionou a Inspetoria Portuária. Vinte e três bombeiros chegaram à ilha por volta da meia-noite do dia sete. O armazém explodiu no exato momento em que atracaram. Toneladas de concreto foram lançadas ao ar, acompanhadas de densas nuvens de fumaça que trepidaram o continente. O episódio entrou para a história oficial da cidade como a “tragédia do Braço Forte”, o incidente com o maior número de fatalidades entre socorristas.

Jornais cobriram o evento de perto, fotografando e entrevistando os envolvidos. Supostamente, os bombeiros não haviam sido informados da presença de explosivos e substâncias inflamáveis no local. Também foi descoberto que alguns produtos armazenados vinham sendo roubados. O presidente Getúlio Vargas enviou condolências às famílias e cobrou explicações das autoridades locais.

Investigações foram iniciadas pelo porto em conjunto com o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). Os peritos concluíram que os produtos químicos armazenados na ilha inflamaram sob a alta umidade. No entanto, descobriu-se um roubo de estoque, e então surgiu a suspeita: havia relação entre o incêndio e o roubo? A pequena comunidade da ilha foi escrutinada. Quais os culpados? Dedos apontaram o único homem negro na ilha, membro da classe trabalhadora do porto e morador da Gamboa, a “pequena África”, acusado de pôr fogo no armazém para encobrir seus crimes: Antônio Luiz Aguapio (Figura 1).

**Figura 1.** Antônio na cachoeira, Itacuruçá, anos 1920 ou 1930.



Fonte: Acervo A. Aguapio.

## LUGAR DE NEGRO

Este artigo explora a jornada de Antônio Aguapio, dando atenção especial às materialidades relacionadas a experiências negras que conjugam racismo, supermodernidade e destruição socioambiental no escopo de práticas materiais que estabelecem o racismo como o normal cotidiano no seio do capitalismo (Almeida, 2015). Busca-se relacionar genealogias negras ao fazer arqueológico e aos aspectos materiais da vida de Antônio no século XX, enfrentando uma modernidade cruel e destrutiva, focando em sua trajetória espacial e na explosão da ilha na qual trabalhava. Uma abordagem de encruzilhadas dá base a essa reflexão, prezando por encontros e possibilidades que superem o perigo das histórias únicas (Adichie, 2019; Nogueira, 2020; Rufino, 2021).

Para isso, este texto parte de *micro-histórias* da negritude para a construção de narrativas arqueológicas sensíveis à interseccionalidades em relação a processos globais (Beaudry, 2008; Ribeiro 2012; Orser, 2016). Navegam-se experiências em territórios negros e se vale do nome para microanálises que insiram o indivíduo na malha do tecido social (Ginzburg; Revel, 2010). *Antônio* é nome e marcador individual de dedicação a Exú, orixá das possibilidades. Era o nome do tio e do pai de Antônio Aguapio, nome que passou (invertido) a seu primeiro neto — Luiz Antônio (1954), referenciando sua ancestralidade cativa em memórias familiares (Weimer, 2020). A fala dos mais velhos, fotos, documentos, paisagens, ambientes, coisas e silêncios com os quais conviveu Antônio são sua materialidade e, portanto, fontes arqueológicas genealógicas. Na genealogia negra, busca-se por antepassados escravizados e suas liberdades (Fappi, 2018).

Nascido em Itaguaí, no sul fluminense, em 26 de setembro de 1904 — dezesseis anos após o fim oficial da escravidão (1888) — e apadrinhado por sua tia materna Henriqueta (1887-1960), Antônio carregava o estigma do preto em uma sociedade que se orientava por estéticas discriminatórias opostas a aparências de confiança (Nunes, 2010). Como outros, viveu o desejo de formalização das relações afetivas nas quais nomes, sobrenomes e apadrinhamentos reavaliavam alianças familiares e afirmavam identidades negras na emancipação (Palma, Truzzi, 2021). Antônio integrou os milhares nascidos livres sem condições materiais, segurança econômica, assistência ou inserção social, e experienciou os efeitos de como cor, espaço e coisas o materializavam como indesejado, impelindo-o ao “cárcere racial” (Rufino, 2019) da exploração, pobreza, desemprego, subemprego e desabrigo (Mattoso, 1990).

Apesar da experiência negra africana ser prevalente na memória de sua trajetória, Antônio nasceu no âmbito das relações negro-indígenas. Seu sobrenome e de seus descendentes, *Aguapio*, inexistem nos registros oficiais de seus ascendentes paternos (Ramos / Santos) e maternos (Pereira / Santos). A memória de seus descendentes vivos sugere herança indígena Guarani-Mbyá (A. Aguapio, E. Souza, comunicação pessoal) e, de fato, *Aguapio* parece ser composto por *agwap'* (redondo, plano, como em *aguapé*) e - *ĩ* (escuro, preto, negro, como no nome da Terra Indígena Guarani do Aguapeú — *aguapé escuro*) (Dooley, 1998). Especula-se que a referência a preto/negro se relacione à cor de sua pele e sua condição social. Reconhecendo a multiracialidade e a pluriculturalidade das estruturas que mantêm subordinados os negros e indígenas, a genealogia de Antônio é, portanto, uma arqueologia *amefricana* (González, 1982).

No Brasil, pretos estão associados ao que Lélia González (1982) chamou de “lugar de negro”: sua concentração materialmente expressa no espaço e recorrente em determinados papéis sociais. Larissa Murad (2016) a isso denominou de “lugares diferenciados”, na lógica de exploração capitalista, enquanto Djamilia Ribeiro (2017) cunhou o termo “lugares únicos”: a branquitude em casas amplas e posições de mando

e a negritude em senzalas, favelas, atividades menos qualificadas, no espaço periférico e do crime.

Em sua trajetória enquanto portuário, Antônio enfrentou restritas possibilidades de superação da desigualdade racial subjacente na sociedade ao ingressar na classe trabalhadora urbana carioca dos anos 1930, composta por imigrantes e pela população negra livre. Em um contexto de branqueamento populacional via imigração e de reafirmação da superioridade branca, a população negra foi associada a vadiagem e pobreza, sendo vista como uma classe perigosa e má trabalhadora (Chalhoub, 1986).

Se não Antônio, quem mais? A filtragem racial — o papel da cor na seleção de suspeitos — prevalecia e ainda prevalece nas investigações criminais, que condenam ao cárcere a população preta e exacerbam penalidades judiciais (Barros, 2008). Coexistente com um racismo que se replica no imaginário social e judiciário, a população preta enfrenta a falta de políticas antirracistas que a proteja de um sistema histórico de opressão, que se manifesta na divisão social do trabalho e em instituições que o normalizam e reproduzem (Munanga, 2006; Almeida, 2019; Borges, 2019).

Ao contar a vida de Antônio e a dimensão material do racismo que dela não se desvencilha, a arqueologia torna-se uma fundamental aprendizagem libertária e um processo de ensino crítico do racismo à brasileira e, assim, uma forma de letramento racial (Ladson-Billings, 1998; Agbe-Davies, 2010; Skerrett, 2011; Schucman, 2012). Na linha de possibilidades de letramentos raciais arqueológicos, cujo percurso inclui arqueologias da diáspora africana (Symanski, 2016; Ferreira; Symanski, 2023), o Brasil vem construindo um importante ferramental teórico-metodológico, afro-diaspórico e afro-centrado, fulcral a trajetórias arqueológicas negras. Refiro-me ao axé circulado pelos trabalhos de Patrícia Carvalho (2019), Lara Passos (2019), Gaby Hartemann (2019), Irislaine Moraes (2020), Luciana Novaes (2020), Adara Souza (2021), Vinícius Freitas (2021), Ingrid Santana (2022) e outros.

## TERRITÓRIOS A PARTIR DAS ÁGUAS

A mobilidade de afrodescendentes após a abolição ganhou atenção entre os especialistas interessados em conhecer destinos pretos e como a população negra se via como igual apesar do racismo (Gomes, Cunha, 2007; Rios, Mattos, 2005; Silva, 2010; Amâncio, 2010). Ao construir sua vida, memórias e família em espaços racializados de exclusão e discriminação, definidos por laços sociais e familiares (Rolnik, 1989; Vargas, 2005), Antônio agregou coisas, narrativas e ambientes a esses espaços, fazendo sua parte no desenho do território (Zedeño, 2008). Sua mobilidade espacial e social certamente teve relação com oportunidades de trabalho e redes de sociabilidade (Rios, Hebe, 2004), incluindo a chegada do ramal ferroviário oriundo de Santa Cruz a Itaguaí, Coroa Grande e Itacuruçá, no Rio de Janeiro, entre 1910 e 1911.

Os avós de Antônio, todos escravizados em Coroa Grande e São Francisco Xavier de Itaguaí, nasceram antes de 1860, no contexto da pressão internacional contra o tráfico atlântico, concomitante ao aumento do tráfico ilegal no sul fluminense (Pessoa, 2013; Agostini, 2019). Coroa Grande, Itacuruçá, Sahy e outros portos da baía de Sepetiba ilegalmente receberam africanos após 1850 (Pereira, Pessoa, 2019). Todas as certidões de nascimento, batismo, casamento e óbito dos avós de Antônio indicam nascimentos em Itaguaí, com exceção de Catharina de Tal / Catarina dos Santos / Catarina Maria de Jesus, sua avó paterna, que residiu em Itacuruçá e mais tarde em Itaguaí, porém era “natural de África”. Maior precisão de dados não foi encontrada, apesar de saber-se que, nessa região, predominavam falantes de língua bantu vindos da África Centro-Occidental (Cabinda,

Benguela, Luanda) e Oriental (Quilimiane, Ibo e Ilha de Moçambique) (Prado Jr, 2011; Silva, 2021).

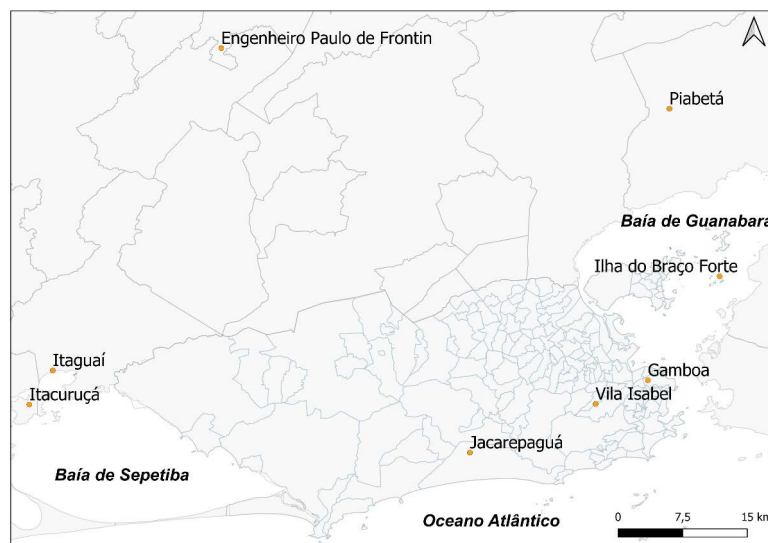
Já a geração de seus pais (Ambrosina Maria Pereira (1876-?) e Antônio Ramos dos Santos (1860-?) e tios nasceu entre 1860 e 1887, sob o impacto abolicionista das leis do Ventre Livre (1871) e Áurea (1888). A geração de Antônio, portanto, foi a primeira nascida após a abolição, entre 1899 e 1912. As três gerações de sua família desenvolveram estratégias de manutenção de laços familiares, mantendo-se unidas na terra de sua escravização, Coroa Grande, que em 1875 passou a ser propriedade do Coronel Antônio de Oliveira Freitas do Partido Conservador, favorável à manutenção do trabalho compulsório em meio à crise econômica que assolava a região (Oliveira, 2015; Moreira, 2015).

O casamento de seus pais nas terras do Coronel, em 1900, e o nascimento de Anna Maria (1899-1989), dele, Antônio Luiz (1904-1985), Cypriana (1902-?) e Benedicta (1906-1993) marcaram o início de sua trajetória espacial, que pode ou não se relacionar com o fim do controle exercido pelo Coronel, falecido em 1908. Antônio mudou-se com a família para Itacuruçá, em Mangaratiba, onde residia sua avó paterna Catharina. Essa mudança deve ter ocorrido entre 1906, ano de nascimento de Benedicta, ainda em Itaguaí, e 1912, nascimento de sua irmã mais nova, Francisca, já em Itacuruçá.

No final dos anos 1920, Antônio partiu para Jacarepaguá (onde nasceu sua primeira filha, Arlete (1930-2015)), daí à Vila Isabel (onde nasceu sua segunda filha, Ariete (1932-2018)), por fim chegando na Gamboa entre meados dos anos 1930 e 1940, onde juntou-se aos portuários. Essa trajetória não foi única (Anna, sua irmã mais velha, fez trajetória similar). Migrar para o Rio de Janeiro nesse momento foi um caminho tomado por diversos ex-escravizados e seus descendentes (Rios, Mattos, 2004).

A Gamboa e o porto foram os lugares nos quais permaneceu por mais tempo. Antônio só voltaria a um subúrbio em 1972, já aposentado: primeiro para Piabetá, subdistrito de Magé, e, com o falecimento de sua primeira esposa Olga (1907-1965), negra e empregada doméstica, para uma cidadezinha serrana, Engenheiro Paulo de Frontin, onde fez a passagem acompanhado de sua segunda esposa, Cleufe, em 27 de agosto de 1985 (Figura 2).

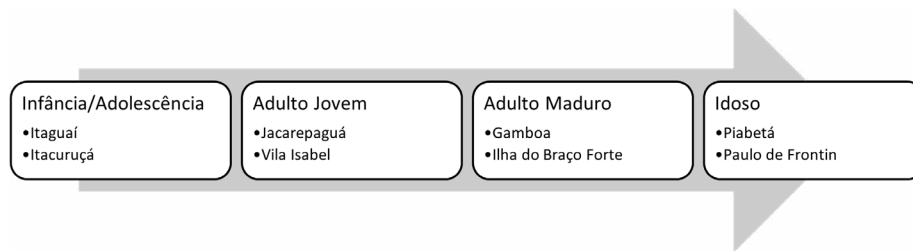
**Figura 2.** Pontos relevantes da trajetória espacial de Antônio.



Fonte: Imagem do Autor.

Tem-se, portanto, o seguinte trajeto: Itaguaí > Itacuruçá > Jacarepaguá > Vila Isabel > Gamboa (+ Ilha do Braço Forte) > Piabetá > Paulo de Frontin. No olhar do tempo linear e evolutivo moderno, a dinâmica espacial da vida de Antônio traduz-se como “ida”. Sob essa perspectiva, Antônio foi “para frente”, buscando melhores condições materiais de vida e distanciando-se fisicamente da paisagem e das coisas que remetiam à experiência cativa de seus antepassados (Figura 3). No entanto, sua trajetória espacial não pode ser resumida a sequências sucessivas de eventos (Ramos, 2020). Por exemplo, o racismo, estrutural e topológico, o acompanhou sempre, dando à sua geografia um caráter espiralado.

**Figura 3.** Sequência linear de mudanças na vida de Antônio.



Fonte: Imagem do autor.

Olhares afrocentrados permitem explorar essa trajetória levando em consideração os caminhos de sua encruzilhada (Nogueira, 2020). Filosofias de encruzilhadas (Rufino, 2019) permitem ver Antônio voltando a paisagens que se encontram, materializando relações geográficas apreendidas em sua jornada. Essa perspectiva ainda revela outros elementos que parecem ter sido importantes, incluindo relações espaciais e engajamentos socioambientais continuados no estabelecer-se em novas paisagens (Posey, 1989).

Os subúrbios do Rio de Janeiro concentravam o povo negro. Entre 1906 e 1920, a população da cidade cresceu em quase 500% — sendo 264% nos subúrbios, assolando sua precária infraestrutura, e apenas 87% na Zona Sul, domínio da branquitude (Casco, 2018). Em Jacarepaguá, dos seus quase setenta mil habitantes nos 1940, 38% eram negros e pardos. Quando os pais de Antônio moravam em Itacuruçá, 42% dos seus 1700 moradores eram pretos e pardos (DGE, 1890). Na Gamboa dos anos 1940, 32% eram pretos e pardos (IBGE, 1940).

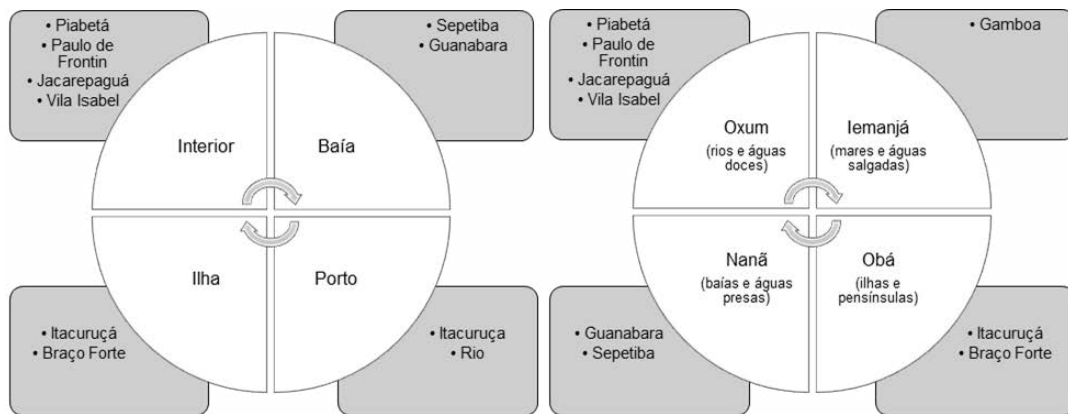
A passagem por esses cenários deve ter representado uma mudança considerável para Antônio, especialmente em relação aos seus esforços para integração social. No entanto, essas paisagens compartilhavam *sim* semelhanças: afinal, Itacuruçá, Jacarepaguá e Gamboa eram territórios negros. O que parece ruptura é na verdade continuidade, dada a coexistência de experiências diversas que se curvam e dobram, em uma “malha de linhas entrelaçadas de crescimento e movimento” (Ingold, 2012, p. 27). Esse é o espaço-tempo *exuriano* (Sodré, 2017).

Ao considerar a relação de Antônio com o trabalho, a paisagem inflete, afastando e aproximando o espaço de sua aposentadoria do de sua experiência em Itacuruçá, marcada pelo terror da escravidão. Epistemes que valorizam jornadas, como a negro-africana (Nogueira, 2020), mostram como pontos do território de Antônio se conectam entre comunidades portuárias, cidades de pequeno porte e subúrbios. Aqui, a inflexão é a experiência da cidade moderna, o Rio, que, nessa face da jornada, não se repete. Na encruzilhada, os inícios se tocam, ressoando específicas ecologias de seu caminho:

experiências em baías, ilhas, litorais, enclaves, interiores e portos aproximaram as temporalidades desse território da dos mangues, lagoas, rios e praias (Figura 4).

A água prevalece como um elemento conector dessa jornada, força dos orixás que são o ambiente. As vivências insulanas de Antônio, assim como suas passagens pelos subúrbios longe do mar aberto, entrelaçam espaços que têm em comum o predomínio das águas doces (no interior) e das águas salgadas (no litoral), ligadas por águas salobras (embocaduras) e por ilhas (em baías). Sua jornada, portanto, é marcada pela força das *iabás*<sup>1</sup> e, assim, pelo axé da vida. E, de fato, Oxum é orixá que rege sua família há gerações (A. Aguapio, Comunicação Pessoal).

**Figura 4.** Matriz encruzilhada orientada por ecologias e por águas.



Fonte: Imagem do autor.

Avançando e recuando, a ginga da água deu forma aos caminhos tomados por Antônio (Graminha, Bairrão, 2009; Rangel, Gomberg, 2016). Rupturas importantes em sua jornada ocorreram em águas salgadas e salobras (Itacuruçá, Gamboa, Ilha do Braço Forte) — Iemanjá renova. No entanto, continuidades foram dominadas pela água doce (Jacarepaguá, Vila Isabel) — Oxum transcorre a existência —, até a aposentadoria e falecimento de Antônio em águas interiores (Piabetá, Paulo de Frontin), na segurança da terra firme das montanhas onde faleceu — retorno à lama de Nanã. Da mutilação da escravidão ressoando viva em sua infância, Antônio caminhou e expandiu (Rufino, 2019). Nessa jornada, explode uma ilha.

#### ENQUADRANDO UMA ILHA

A partir das Leis Trabalhistas de 1943, a guarda portuária acompanhou o estabelecimento da indústria portuária e sua necessidade de segurança, para evitar prejuízos à gestão do Porto do Rio (Vivian, 2008). Antônio vivenciou, como outros, a formação associativa das classes trabalhadoras enquanto se estabeleciam novas formas de trabalho distintas das experiências de seus pais e avós (Arantes, 2020). Era nesse contexto que ele se encontrava quando foi acusado de explodir a ilha do Braço Forte. Equilibrando-se entre lados sombrios da modernidade — a escravidão e o desastre socioambiental —, Antônio passou a conviver com o novo aspecto das tecnologias de destruição.

O fim do tráfico de escravos se deu concomitante a grandes rupturas materiais na paisagem do Rio de Janeiro, quando a cidade foi assolada por reformas urbanas desterritorializantes (Benchimol, 2003). No período entre as Guerras Mundiais, o porto

<sup>1</sup> Orixás ligadas as águas.

foi reconstruído para inserir o Brasil nas rotas mundiais de mercadorias (Lamarão, 1991; Figueiredo, 2005), recebendo a cultura material destinada à destruição e à guerra. Carregadas de risco, era preciso afastar essas mercadorias das proximidades daqueles que não seriam alvo direto de sua ação. Nesse caso, o armazenamento de explosivos e produtos inflamáveis não deveria acontecer no continente, mas nas ilhas da baía de Guanabara, longe da cidade moderna.

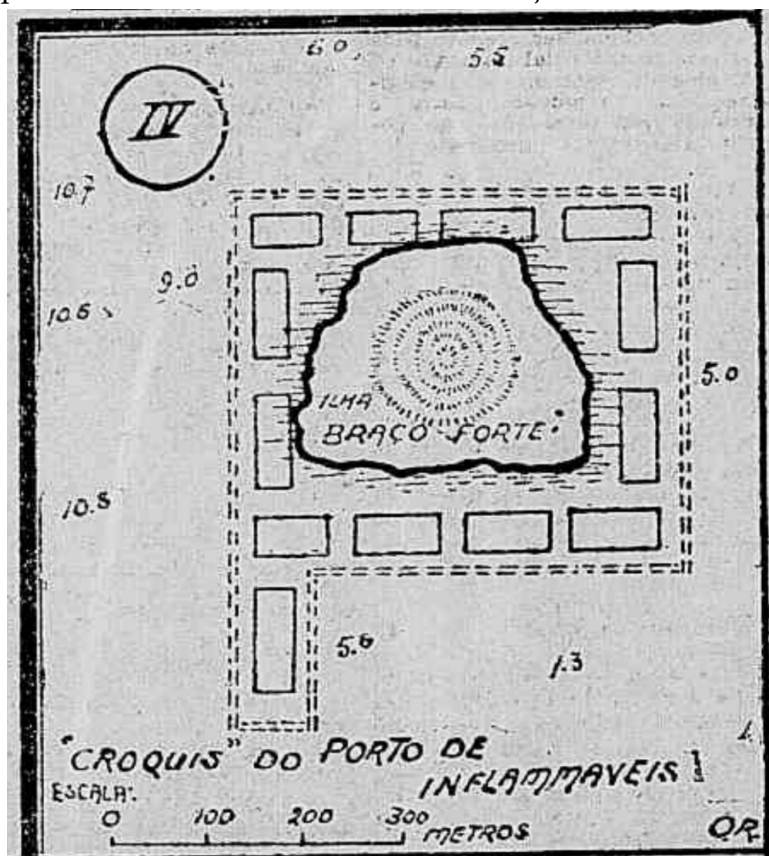
Apesar disso, pretos como Antônio ocupavam lugares que permitiam sua exposição a riscos na incumbência de evitá-los, cuidando de materiais que poderiam vir a ser a causa de suas mortes. O perigo não escapou aos jornais da época, que chamaram a ilha do Braço Forte de “vulcão prestes a explodir” (Correio da Manhã, 1954, p. 2). As escolhas políticas, tecnológicas e sociais que culminaram nos eventos da ilha refletem uma busca por modernidade que é genealogia de sua própria destruição (González-Ruibal; Hernando, 2010), como se, de ilha em ilha, o rastro dos desastres socioambientais fosse se materializando. Em 1926, a escolha do Braço Forte para armazenamento de materiais decorre da explosão de outra ilha, a do Caju, em 1919. Entre os anos de 1940 e 1960, inúmeras ilhas foram usadas para isolar materiais de potência incontrolada, com consequências duradouras aos sistemas socioecológicos e comunidades insulares, associando elementos materiais, contextos sociais e esgotamento de recursos (Asadi, 2014; Valencio, 2010). A dizimação causada pelos testes nucleares no Atol de Biquíni, no Pacífico, é um exemplo disso (Brown, 2013).

Para a Ilha do Braço Forte, foram pensados cais, armazéns, arrimos e aterramentos, no que foi uma enorme mudança de sua forma sinuosa, transformada em um quadrado (de cerca de 230m x 130m) (Figura 5). Sinuosidades, dobras e circularidades não se encaixavam na angulosidade e linearidade do controle moderno. Essa foi a primeira grande “ruptura arbitrária da realidade material” (Valencio, 2010, p. 35) da ilha, calculada e pensada. A segunda ocorreu em 1954, de maneira repentina e abrupta, quando ela explodiu. A explosão dessas ilhas concretiza um sistema que permite e intensifica a exposição de grupos sociais vulneráveis a desastres, na toada da degradação ecológica e destruição ambiental da baía de Guanabara (Costa, 2015).

No escopo das estratégias destrutivas modernas que movem o sistema capitalista, remodelando espaços, ambientes, pessoas e coisas, a alteração visual da morfologia da ilha é parte de como o moderno marginaliza, apaga, destrói e impõe estéticas. A partir daí, a paisagem insulana recheou-se de escombros e entulhos. A ilha tornou-se “externalidade” (Zhourri; Laschefski; Paiva, 2005), modelada segundo projetos encabeçados por intervenções técnicas que deram sentido à mudança material que sofreu (Figura 6).

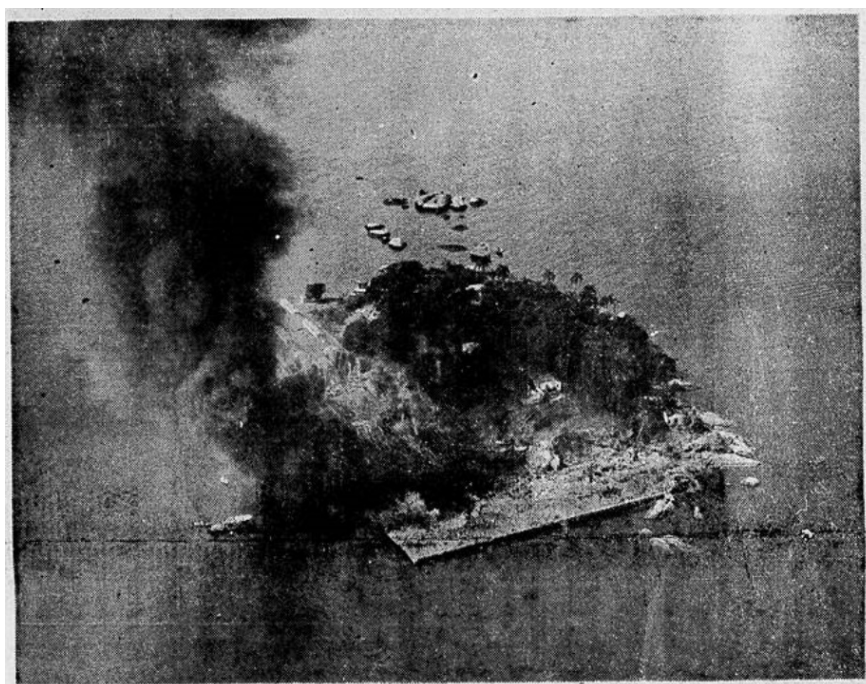
A destruição da Ilha do Braço Forte é dialógica a sua inserção na ordem militar global que exacerbou poderes destruidores pelo mundo (Giddens, 1991), ao receber cargueiros (inter)nacionais que transportavam toneladas de mercadorias que não poderiam chegar ao continente (Correio da Manhã, 1954, p. 3). Essa tecnologia da destruição moderna empregava um jogo ambíguo: era necessária, mas de longe. Antes da execução de seu uso pretendido, precisava ser estocada, e, assim, unia-se materialidades indesejadas aos corpos negros. Quem melhor que os indesejados sociais para cuidar de materiais indesejados? Antônio assistiria em primeira mão o acirramento da ligação entre injustiça social e degradação ambiental (Acselrad, 2010).

**Figura 5.** Croqui do Porto de inflamáveis na ilha do Braço Forte.



Fonte: *Jornal do Brasil*, 25 jun. 1925.

**Figura 6.** Explosão na Ilha do Braço Forte.



Fonte: *Última Hora*, 8 maio 1954, p. 1. Aerofoto de Carlos Botelho.

No entanto, outros sentidos preenchiam a ilha. Quando Antônio foi acusado de tê-la explodido, ele ali trabalhava desde maio de 1945. Isso permitiu que ele construísse relações com o local, onde às vezes dormia ao trabalhar em turnos que pagavam o dobro da diária. Eram designados casebres de madeira aos guardas portuários, para onde levavam os objetos que tornariam aquele lugar significativo (Shlanger, 1992). Além de um carpinteiro com sua família de oito pessoas e dois cachorros, Tetéia e Veludo, três guardas revezavam-se na ilha, dois por turno (Diário da Noite, 1954, p. 6).

Logo após a explosão, o pescador Manuel dos Santos Júnior — o Limoeiro — foi detido. Ao ser interrogado, ele sugeriu o envolvimento de Antônio no roubo de mercadorias armazenadas, sob mando de um homem (branco) conhecido como Manuel Luiz Alves, ou Manuel Fogueteiro, dono de uma fábrica de fogos de artifício em Niterói. Elaborada ao mesmo tempo em que peritos e testemunhas disseram que a ilha estava prestes a explodir, considerando as condições de armazenamento de produtos inflamáveis junto a explosivos, a narrativa do fogo criminoso para apagar evidências foi definidora (Tribuna da Imprensa, 1954, p. 2).

A combinação de narrativas (acusações), coisas (produtos inflamáveis e armas), corpos (negro) e ambiente (a ilha) no seio de paisagens racistas que se sobreponham a territórios negros (o porto) foi a combinação necessária para que as suspeitas caíssem sobre o preto mais próximo. Após cobrança presidencial, o DOPS conduziu novos interrogatórios. Não foi coincidência, portanto, a eclosão de manifestações de repressão envolvendo a imagem de Antônio, por meio da repetição de sua fotografia nos jornais (Passos, 2020). Essa prática materializa a discriminação por associação e a sobreposição do corpo negro à violência dos contextos criminais, contrastando criminosos negros e advogados brancos (Figura 7).

De fato, Antônio foi mais fotografado do que qualquer outro personagem envolvido no incidente, com exceção, é claro, dos bombeiros vitimados. Após muita exposição, seu nome começou a evanescer dos noticiários. A investigação apontava agora para um grupo de pescadores pagos por um homem branco, que transportavam substâncias desconhecidas por eles para fora da ilha a fim de suprir uma fábrica de fogos de artifício (Diário Carioca, 1954, p. 1; O Globo, 1954, p. 4).

**Figura 7.** Antônio nas páginas criminais.



Fonte: 1. Última Hora, 07.05.1954, p. 2; 2. Correio da Manhã, 08.05.1954, p. 5; 3. Última Hora, 14.05.1954, p. 1; 4. O Globo, 18.05.1954.

## FERIRAM ONILÉ

Quase não houve tempo para que o armazém permanecesse como ruína. Diferente do longo e gradual processo das “ruínas clássicas” (Lucas, 2013), um ano depois a ilha estava operante novamente. O capitalismo global precisava da Ilha do Braço Forte — aterrando, terraplanando, higienizando e enquadrando-a em materialidades que agora são sua própria estrutura. Pás, retroescavadeiras, caminhões e guindastes, junto de explosivos, armas e inflamáveis constituem o emaranhado de coisas (Ingold, 2012) que destruiu e também construiu a ilha (Allais, 2018). Ambiente, coisas, lugar, paisagem, pessoas — a base de toda a vida foi destruída, efeito material de uma modernidade que fere Onilé, orixá Terra, mãe de todos, sem a qual nada sobrevive. Assegurar Onilé é impedir a destruição do mundo (Prandi, 2022).

Para além do arruinamento físico, a produção de escombros liga a ilha e Antônio à intensificação da destruição moderna e seus excessos materiais (Pétursdóttir, Olsen, 2014). Os escombros não são fruto de processos de decadência e abandono, mas da intensificação do uso desenfreado de tecnologias excessivas, cujos efeitos se fazem sentir não nos locais específicos para os quais foram destinadas, mas na realidade de quem cuidou desses materiais quando não estavam sendo usados.

A proximidade entre Antônio e ruínas, mais especificamente ruínas de desastres, representa alterações repentinas que demandam novas representações e entendimentos para superar tragédias. Opõe-se a Onilé uma natureza apartada do social, em paisagens nas quais riscos e perigos são normalizados e distribuídos de modo desigual, forçando Antônio a enfrentar as longas cadeias de destruição em massa emergentes após a Segunda Guerra Mundial. Explosivos, inflamáveis e armas fazem parte da destruição sobre a qual é ingênuo pensar que está restrita aos campos de batalha. Ela impacta as pessoas, coisas, solos, plantas e lugares que sustentam esses materiais e que zelam pela integridade de seu poder destrutivo.

A materialidade da destruição em massa precisa ser produzida, transportada e armazenada antes de ser usada para causar devastação, colocando os riscos em cena e ameaçando a vida daqueles que a protegem e que dela dependem. Antônio não era soldado na guerra e estava longe do mundo que enfrentava sua devastação direta; Hiroshima ocorreria quatro meses depois que Antônio iniciou seus trabalhos na ilha do Braço Forte. Mas ele enfrentava a “modernidade cruel” (Franco, 2016) que localiza equipamentos perigosos e portadores de risco junto de populações excluídas dos benefícios da modernidade, que assumem seu ônus afetadas “pelos eventos indesejáveis da operação de tais equipamentos” (Achselrad, 2018).

O engajamento do Brasil com as Guerras Mundiais e Fria impulsionou a economia bélica, fazendo a indústria de defesa florescer, alterando as condições materiais das áreas portuárias e introduzindo “destruição” às coisas que entravam em território nacional. O leilão dos produtos de um dos armazéns da ilha exemplifica as coisas com as quais os guardas portuários tinham que conviver: 2.100 kg de pólvora granulada, 625 kg de massas de gelatina de dinamite, 1 caixa de rolos de fusíveis, 3 caixas de fusíveis para armas de fogo, 27 kg de balas para armas de fogo, 20 kg de dinamite; fulminato de mercúrio, clorato de potássio, terebintina, fósforo e hidrossulfato de sódio (Última Hora, 1954, p. 4).

Portos são microcosmos que recebem materiais de todo o planeta. São com frequência paisagens trágicas, onde naufrágios, explosões, bombardeios e acidentes acontecem de forma frequente e repentina; espaços abertos às riquezas e ameaças do mundo (Corbin, 1989). Oposto a ilha do Braço Forte, o Porto, no continente, representação do poder hegemônico, pouco se importou com o apagamento da vida

material de Antônio (e seus colegas): casa, pertences pessoais, animais de estimação, árvores, agora “pequenas visões da vida cotidiana aniquiladas” (Moshenka, 2009).

Na época, a explosão da Ilha do Braço Forte foi comparada ao cenário pós-bomba atômica — zênite do arrasamento, concretização dos horrores da tecnologia de destruição em massa. A explosão da ilha construiu uma paisagem de escombros, concreto, metal, prédios parcialmente desabados, junto do resto de coisas cotidianas dos insulanos, corpos, árvores queimadas, fuga. Todos os elementos materiais da modernidade estavam lá. Devastação ecológica, destruição socioambiental, ruínas, morte tornaram-se as materialidades da paisagem moderna fluminense devorando Onilé, pessoas e coisas.

A introdução de paisagens de destruição socioambiental aliadas ao racismo no mundo de Antônio adicionou um “lugar de abjeção” a sua vida (González-Ruibal, 2008). Recente, conflituoso e humilhante, o evento da ilha não se tornou memória familiar (E. Souza, comunicação pessoal), talvez traumática demais para ser lembrada (Domanska, 2002). Como outros desastres, esse também expôs as perversidades da sociedade afetada (Mendes, 2016), em processos de materialização do racismo e das desvantagens que movem a modernidade.

Era tanto material estocado que o conteúdo dos produtos dos armazéns não era conhecido: químicos, armas e explosivos em tanques, barris, caixas de madeira, metal, cartão, papel, concreto, vergalhão, telhas, excesso de coisas por toda parte. Rapidamente, ao longo de 1954 e 1955, com as estruturas reconstruídas, os navios voltaram a atracar. E com isso as tecnologias destrutivas retornaram. Logo os eventos da Ilha desapareceram dos jornais que passaram a cobrir a morte do presidente Vargas, em agosto de 1954. Esse apagamento foi concomitante a intensificação do controle sobre ela, cada vez mais apartada da paisagem da baía, fechada, área de segurança. Antônio continuaria trabalhando no Porto; em março de 1966 foi promovido a inspetor de Guarda Portuário (Diário Oficial da União, 26.11.1970, p. 1).

Sendo impossível desaparecer com a totalidade dos vestígios do passado (González-Ruibal, 2018), as materialidades da explosão não se deixaram apagar com facilidade. Afinal, armazéns, arrimos e aterros fizeram parte do enquadramento dos contornos da ilha. Os escombros, topografia e pós vida das destruições (Gordillo, 2014), e atualmente os artefatos mais corriqueiros do planeta (Shanks; Platt; Rathje; 2004), agora são o próprio solo (Florence, 2018) — não estão na ilha; são a ilha (Figura 8). Emergiram dali ecologias instáveis que combinam ações humanas e não-humanas que narram sujeitos, práticas e coisas que povoam a Ilha (Chelcea, 2015).

**Figura 8.** Escombros pós destruição



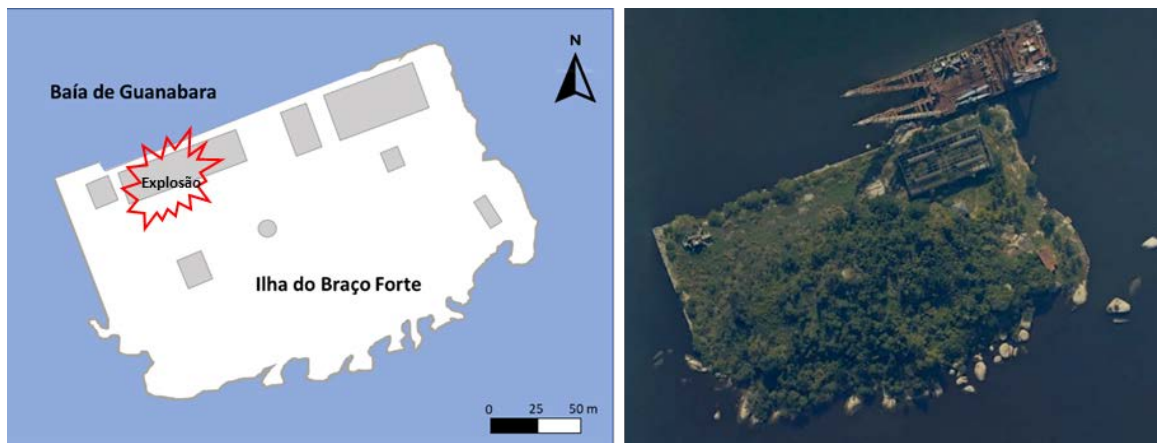
Fonte: *Correio da Manhã*, 09.05.1954, p. 6

Fisicamente inacessível, a ilha ainda pode ser alcançada por outros sentidos — e o sensoriamento remoto é fundamental para essa aproximação. Enquanto memória material de Antônio, é a senhora das ilhas, Obá, quem mostra que locais de retraimento são também de recomeço e de possibilidades (Obá fugiu de Xangô e começou uma nova vida em uma ilha). A potência da ilha do Braço Forte está, portanto, não na antiguidade das estruturas arruinadas pela explosão, mas em sua continuidade e perduro, em escombros que contém seus próprios passados (Holtorf, 2009; Ingold, 2014).

Entre 2002 e 2020, a luta entre a cobertura vegetal e o desmatamento na superfície da Ilha é visível (base Google Earth). Edifícios foram erguidos aqui e ali, mas nunca mais dois armazéns coexistiram — melhor dizendo, parte do armazém explodido é superfície, o outro, um esqueleto metálico sem telhado (com cerca de 55 x 25m). A ilha também passou por períodos de relativa calmaria, sem grandes mudanças, ao menos até 2011, quando modernizações nos portos cariocas produziram mais excessos materiais.

Quando retroescavadeiras, a partir de 2015, arranharam a superfície de Onilé, bem onde o antigo armazém explodiu, sua fundação veio à tona, visível em altitude, formando alinhamentos que alteraram o crescimento vegetal. O final de 2019 trouxe nova fase de estabilidade, onde a vegetação conseguiu crescer, sempre mais alta no centro da ilha (Figura 9).

**Figura 9.** Planta baixa da ilha a partir da sobreposição de imagens de satélite (2002-2020)



Fonte: Imagem do autor; 2. Base Google Earth 2020

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto genealogia negra, esse texto deu foco à micro-história de um guarda portuário para ressaltar arqueologias do racismo à brasileira por meio de perspectivas que abrem caminhos e contribuem com interpretações alternativas (Ferguson, Colwell-Chanthaphonh, 2006; Novaes, 2020). A jornada de Antônio cruzou dinâmicas socioespaciais e hierarquias raciais no escopo de estéticas discriminatórias sobrepostas a noções de comportamentos desviantes, associando “aparências de confiança” a corpos brancos e de “desconfiança” a negros.

O foco na paisagem, coisas, narrativas e ambientes de um homem negro que, sob a opressão do racismo, existiria no discurso hegemônico por seu lugar único associado ao crime, se diversifica e se abre para inúmeras possibilidades. Sua trajetória espacial sob a ótica ancestral e em relação às águas sugere escolhas que sua presença no centro do capitalismo global de destruição, nega, revelando a exploração de sua vulnerabilidade

histórica. Por suspeita de crime, racialmente filtrada, Antônio entrou para os registros oficiais e narrativas hegemônicas, adensando estatísticas criminais. Distribuição de riscos, tecnologias da destruição e hierarquias raciais estão por trás da suspeita que buscou culpados para mortes e prejuízos materiais.

Mapear o território que Antônio construiu em sua jornada negra a partir da pequena Ilha do Braço Forte, sob jugo das ruínas da escravidão e das ruínas supermodernas dos armazéns, desnuda privilégios e ônus materiais e, por isso, é chave a arqueologias que sejam letramento racial para todos. Antônio viveu aspectos da modernidade no âmbito do imperativo racial capitalista classificatório e desumanizador de sua diferença biocultural e material (Spivak, 2010). Nascido no começo do século, em um contexto pós-abolicionista, cresceu durante uma república manejada por oligarquias do café e sobreviveu a duas ditaduras. Sua vida aconteceu entre ruínas, em espaços de violência e histórias de sofrimento do tornar-se livre (Moshenska, 2009, Agostini, 2019).

A segunda metade do século XX assiste ao acirramento de demandas pelo aumento da força policial contra a população preta, pobre e periférica, sob justificativa da prevenção de criminos, evitando-se uma suposta vingança após o fim da escravidão (Albuquerque, Fraga Filho, 2006; Damatta, 1990; Murad, 2016). A cor norteava as relações sociais. Antônio e tantos outros aprenderam que isso seria determinante. Os constrangimentos que sofreu associam espaços, coisas e corpos. “Se é negro é suspeito, se é suspeito é negro” (Paiva, 2014), máxima que conecta Antônio à necropolítica de mortos e detidos pelas forças de segurança do Estado (Mbembé, 2018).

Fazer arqueologia da vida de Antônio é entender que, percebido racialmente, as coisas que o cercavam e os lugares onde estava falam sobre sua ancestralidade e afrodescendência e, portanto, de uma origem social enraizada no cativo e no lado sombrio da modernidade. Porque essa é uma vida material sob o racismo estrutural, a trajetória de Antônio o conecta à discriminação sistemática da negritude como chave à exploração capitalista (Oliveira, 2017) no escopo de “ciclos de desvantagens cumulativas” (Hasenbalg, 1979). Todas as mulheres de sua família, começando com sua avó Catharina, foram ou escravizadas na lavoura, ou trabalharam enquanto “domésticas”, quadro que se altera somente a partir de sua filha Arlete, costureira, mas significativamente com suas bisnetas nos anos 2000 (A. Aguapio, comunicação pessoal) — ou seja, 6 gerações depois.

Para materializar a vida de Antônio e outras vidas negras do passado contemporâneo, é preciso que as arqueologias em suas conexões com a história e antropologia sociais, e a sociologia ambiental, questionem nichos disciplinares. Do contrário, a escassez de fontes perpetuará apagamentos e silêncios sem a superação de tropos arqueológicos modernos como “passado recuado” e “tempo linear” e sem ressaltar o potencial curativo de ensinar arqueologias negras (González-Ruibal, 2008; Hartemann, 2019).

Entender as formas como “raça” influencia experiências econômicas, geográficas, sociais, políticas, educacionais e materiais faz parte do fazer arqueologia e de seu fundamental papel como letramento (Guinier, 2004; Skerret, 2011). Isso significa navegar por paradigmas arqueológicos alternativos que podem resgatar autoestimas na construção de identidades (incluindo a dos graduandos) por meio de abordagens contra hegemonias discriminatórias (Josso, 2007; Munanga, 1988; Rojo, 2009).

Arqueologias negras são potentes em ressaltar o racismo como problema contemporâneo e não do passado e em reconhecer a materialidade de privilégios; entendem que coisas, paisagens e corpos legitimam controles, normalizam relações de poder e sustentam práticas de dominação baseadas na cor da pele; traduzem hierarquias raciais e práticas racializadas em suas dimensões materiais (Bal, 2017; Orser, 2007; Schucman, 2012;). Mas faltam na formação

em arqueologia no Brasil (Passos, 2017). O letramento racial que não é oferecido na formação arqueológica é caminho alternativo fundamental por ressaltar conhecimentos experienciais navegantes por silêncios e opressões (Del Priori, 2009).

#### AGRADECIMENTOS

A meu bisavô, Antônio Luiz Aguapio.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACSELRAD, Henri. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *Estudos Avançados*, v. 24, n. 68, p. 103-119, 2010.
- ACSELRAD, Henri. Mariana, novembro de 2015: a genealogia política de um desastre. In: ZHOURI, Andréa (org.). *Mineração, violências e resistências: um campo aberto à produção de conhecimento no Brasil*. Marabá: iGuaiana; ABA, 2018. p. 155-174.
- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. *O perigo de uma história única*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- AGBE-DAVIES, Anna S. Black scholars, black pasts. *The SAA Archaeological Record*, v. 2, n. 4, p. 24-28, 2002.
- AGOSTINI, Camilla. Temporalidades e saberes inscritos em ruínas e memórias. *Vestígios*, v. 13, n. 1, p. 29-50, 2019.
- ALBUQUERQUE, Wlamyra R. de; FRAGA FILHO, Walter. *Uma história do negro no Brasil*. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília, DF: Fundação Cultural Palmares, 2006.
- ALLAIS, Lucia. *Designs of Destruction: The Making of Monuments in the Twentieth Century*. Chicago (US): The University of Chicago Press, 2018.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. Estado, direito e análise materialista do racismo. In: KASHIURA JUNIOR, Celso Naoto; AKAMINE JUNIOR, Oswaldo; MELO, Tarso de (org.). *Para a crítica do direito: reflexões sobre teorias e práticas jurídicas*. São Paulo: Outras Expressões, 2015. p. 747-767.
- ALMEIDA, Silvio Luiz de. *Racismo estrutural*. São Paulo: Pólen, 2019.
- AMÂNCIO, Kleber Antonio de Oliveira. *À procura da liberdade moral: a vida cotidiana dos escravos e de seus descendentes no pós-abolição na Campinas das primeiras décadas do século XX*. 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- ARANTES, Erika Bastos. *O porto negro: trabalho, cultura e associativismo dos trabalhadores portuários no Rio de Janeiro na virada do XIX para o XX*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.
- ASADI, Muhammed. Manipulation and the Social Destruction of Humanity: Vocabularies of Motive and Social Control. *International Critical Thought*, v. 4, n. 3, p. 331-342, 2014.
- BAL, Aydin. System of Disability. *Critical Education*, v. 8, n. 6, p. 1-27, 2017.
- BARROS, Geová da Silva. Filtragem Racial: a cor na seleção do suspeito. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 2, n. 1, p. 134-155, 2008.
- BEAUDRY, Mary C. “Above Vulgar Economy”: The Intersection of Historical Archaeology and Microhistory in Writing Archaeological Biographies of Two New England Merchants. In: BROOKS, James F.; DECORSE, Christopher R. N.; WALTON, John (ed.). *Small Worlds: Method, Meaning, and Narrative in Microhistory*. Santa Fe (US): School of Advanced Research Press, 2008. p. 173-198.

- BENCHIMOL, Jaime. Reforma urbana e Revolta da Vacina na cidade do Rio de Janeiro. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (ed.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 233-278.
- BORGES, Juliana. *Encarceramento em massa*. São Paulo: Pólen, 2019.
- BRASIL. DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. *Sinopse do recenseamento de 31 de dezembro de 1890*. Rio de Janeiro: Oficina da Estatística, 1898.
- BROWN, Steve. Archaeology of Brutal Encounter: Heritage and Bomb Testing on Bikini Atoll, Republic of the Marshall Islands. *Archaeology in Oceania*, v. 48, n. 1, p. 26-39, 2013.
- CARVALHO, Patricia Marinho de. *Visibilidade do negro: arqueologia do abandono na comunidade quilombola do Boqueirão, Vila Velha/MT*. 2018. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- CASCO, Ana Carmen Amorim Jara. Rio de Janeiro: uma cidade tra(duz)ida pelos mapas. *URBANA*, v. 10, n. 2, p. 371-400, 2019.
- CHELCEA, Liviu. Postindustrial Ecologies: Industrial Rubble, Nature and the Limits of Representation. *Parcours anthropologiques*, v. 10, p. 186-201, 2015.
- CORBIN, Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- CORREIO DA MANHÃ. Rio de Janeiro, 18 maio 1954, p. 3. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 28 out. 2019.
- COSTA, Maria Angelica Maciel. Da lama ao caos: um estuário chamado Baía de Guanabara. *Cadernos Metrôpole*, v. 17, n. 33, p. 15-39, 2015.
- DAMATTA, Roberto. *Relativizando: uma introdução à antropologia social*. Rio de Janeiro: Rocco, 1990.
- DGE – DIRETORIA GERAL DE ESTATÍSTICA. Censo de 1890. Data, 31 de dezembro de 1890. Rio de Janeiro: DGE, 1890.
- DEL PRIORI, Mary. Biografia: quando o indivíduo encontra a história. *Topoi*, v. 10, n. 19, p. 7-16, 2009.
- DIÁRIO CARIOCA. Rio de Janeiro, 13 maio 1954, Ano XXVI, n. 7928, p. 1. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093092\\_04&pagfis=23620](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=093092_04&pagfis=23620). Acesso em: 28 out. 2019.
- DIÁRIO DA NOITE. Rio de Janeiro, 7 maio 1954, Ano XXVI, n. 5773, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961\\_03&pagfis=33729](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=221961_03&pagfis=33729). Acesso em: 28 out. 2019.
- DIÁRIO DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 1 mar. 1955, Ano XXV, N. 9913, p. 6. Disponível em: [http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718\\_03&pagfis=3905](http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=093718_03&pagfis=3905). Acesso em: 28 out. 2019.
- DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília, DF, 26 nov. 1970, p. 1. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/3152036/pg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-11-1970/pdfView>. Acesso em: 28 out. 2019.
- DOMANSKA, Ewa. The Material Presence of the Past. *History and Theory*, v. 45, p. 337-348, 2006.

- DOOLEY, Robert A. (org.). *Léxico Guarani, dialeto Mbyá*: versão para fins acadêmicos. Revisão de novembro de 1998. Porto Velho: Sociedade Internacional de Linguística, 1998.
- FAPPI, Tiago. *Antepassados negros: genealogia para brasileiros afrodescendentes*. Leipzig (DE): Edição do autor, 2018.
- FERGUSON, T. J.; COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. Landscapes of a Living Past: Places of Western Apache History. In: FERGUSON, T. J.; COLWELL-CHANTHAPHONH, Chip. *History is in the Land: Multivocal Tribal Traditions in Arizona's San Pedro Valley*. Arizona (US): The University of Arizona Press, 2006. p. 26-39.
- FERREIRA, Lucio Menezes; SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. Transformation and Resistance: *African Diaspora Archaeology in Brazil*: Journal of African Diaspora Archaeology & Heritage, p. 1-29, 2023.
- FIGUEIREDO, Cláudio. *O porto e a cidade: o Rio de Janeiro entre 1565 e 1910*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- FLORENCE, Eloise. Archaeological Digs and Berlin's Urban Environment: Remembering and Forgetting the Traces of the Second World War. *IC Revista Científica de Información y Comunicación*, n. 15, p. 199-223, 2018.
- FRANCO, Jean. *Una modernidad cruel*. Ciudad de México (MX): Fondo de Cultura Económica, 2016.
- FREITAS, Vinicius Siqueira de. *A materialidade da desumanização: arqueologia de uma humanidade vilipendiada*. 2021. Monografia (Trabalho de conclusão de curso em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021.
- GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. Tradução Raul Fiker. São Paulo: Editora Unesp, 1991.
- GOMES, Flavio dos Santos; CUNHA, Olivia Maria Gomes da. Que cidadão? Retóricas da igualdade, cotidiano da diferença. In: CUNHA, Olivia Maria Gomes da; GOMES, Flavio dos Santos (ed.). *Quase-cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007. p. 7-21.
- GONZÁLEZ, Lélia. O golpe de 1964, o novo modelo econômico e a população negra. In: GONZÁLEZ, Lélia; HASENBALG, Carl. *Lugar de negro*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982. p. 11-17.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Beyond the Anthropocene: Defining the Age of Destruction. *Norwegian Archaeological Review*, v. 51, n. 1-2, p. 10-21, 2018.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo. Time to Destroy: An Archaeology of Supermodernity. *Current Anthropology*, v. 49, n. 2, p. 247-279, 2008.
- GONZÁLEZ-RUIBAL, Alfredo; HERNANDO, Almudena. Genealogies of Destruction: An Archaeology of the Contemporary Past in the Amazon Forest. *Archaeologies*, v. 6, n. 1, p. 5-28, 2010.
- GORDILLO, Gastón R. *Rubble: The Afterlife of Destruction*. Durham (US): Duke University Press, 2014.
- GRAMINHA, Marina Rachel; BAIRRÃO, José Francisco Miguel Henriques. Torrentes de sentidos: o simbolismo das águas no contexto umbandista. *Memorandum*, v. 17, p. 122148, 2009.
- GUINIER, L. From Racial Liberalism to Racial Literacy: Brown v. Board of Education and the Interest-Divergence Dilemma. *The Journal of American History*, v. 91, n. 1, p. 92-118, 2004.

- HARTEMANN, Gabby. *Voltar, contar e lembrar de Gangan: por uma arqueologia griótica afrodecolonial em Mana, Guiana*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- HASENBALG, Carl. *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- HOLTORF, Cornelius. On the Possibility of Time Travel. *Lund Archaeological Review*, v. 15, p. 31-41, 2009.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil*: 1 de setembro de 1940. Rio de Janeiro: IBGE, 1951.
- INGOLD, Tim. Is There Life Amidst the Ruins? *Journal of Contemporary Archaeology*, v. 1, n. 2, p. 231-235, 2014.
- INGOLD, Tim. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. *Horizontes Antropológicos*, v. 18, n. 37, p. 25-44, 2012.
- JOSSO, Marie-Christine. A transformação de si a partir da narração de histórias de vida. *Educação*, v. 3, n. 63, p. 413-438, 2007.
- LADSON-BILLINGS, Gloria. Just What is Critical Race Theory and What's It Doing in a Nice Field Like Education? *International Journal of Qualitative Studies in Education*, v. 11, n. 1, p. 7-24, 1998.
- LAMARÃO, Sérgio Tadeu de Niemeyer. *Dos trapiches ao porto: um estudo sobre a área portuária do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal das Culturas,, 1991.
- LUCAS, Gavin. Ruins. In: GRAVES-BROWN, Paul; HARRISON, Rodney; PICCINI, Angela (ed.). *The Oxford Handbook of the Archaeology of the Contemporary World*. Oxford (GB): Oxford University Press, 2013. p. 192-203.
- MATTOSO, Kátia de Queirós. *Ser escravo no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica*. São Paulo: n—1, 2018.
- MENDES, José Manuel. A dignidade das pertencas e os limites do neoliberalismo: catástrofes, capitalismo, estado e vítimas. *Sociologias*, v. 18, n. 43, p. 58-86, 2016.
- MORAES, Irislane Pereira de. *Arqueologia “na flor da terra” quilombola: ancestralidade e escrevivências de um caminhar Sankofa no território dos povos do Aproaga, Amazônia Paraense*. 2020. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020.
- MOREIRA, Gustavo Alves Cardoso. Política local em um sistema agrário em decadência: o município de Itaguaí (RJ) na virada do Império para a República. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 28., 2015, Florianópolis. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2015. p. 1-16.
- MOSHENSKA, Gabriel. Resonant Materiality and Violent Remembering: Archaeology, Memory and Bombing. *International Journal of Heritage Studies*, v. 15, n. 1, p. 44-56, 2009.
- MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. *Revista USP*, v. 68, p. 46-57, 2006.
- MUNANGA, Kabengele. *Negritude: usos e sentidos*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1988.
- MURAD, Larissa Costa. Cultura e trabalho: a integração do negro no Rio de Janeiro. *Revista em Pauta*, v. 14, n. 38, p. 63-85, 2016.
- NOGUEIRA, Sidnei. *Intolerância religiosa*. São Paulo: Pólen, 2020.

- NOVAES, Luciana de Castro Nunes. *O Exu submerso: uma arqueologia da religião e da diáspora no Brasil*. Curitiba: Appris, 2020. *E-book*.
- NUNES, Sylvia da Silveira. *Racismo contra negros: um estudo sobre o preconceito sutil*. 2010. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
- O GLOBO. Rio de Janeiro, 22 maio 1954, p. 4. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/acervo>. Acesso em: 28 out. 2019.
- OLIVEIRA, Dennis de. O combate ao racismo é uma luta anticapitalista. In: OLIVEIRA, Dennis de (org.). *A luta contra o racismo no Brasil*. Belo Horizonte: Fórum, 2017. p. 12-35.
- OLIVEIRA, Max Fabiano Rodrigues de. *Do café à policultura: fazendeiros, lavradores foreiros e as transformações na estrutura fundiária de São Francisco Xavier de Itaguaí (1850-1900)*. 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2015.
- OLSEN, Bjørnar; PÉTURSDÓTTIR, Þóra (ed.). *Ruin Memories: Materialities, Aesthetics and the Archaeology of the Recent past*. Abingdon (GB): Routledge, 2014.
- ORSER JUNIOR, Charles E. Introduction: Singularization of History and Archaeological Framing. *International Journal of Historical Archaeology*, v. 20, n. 1, p. 175-181, 2016.
- ORSER JUNIOR., Charles E. *The Archaeology of Race and Racialization in Historic America*. Gainesville (US): University Press of Florida, 2007.
- PAIVA, Maria Vitória Silva. *Se é negro é suspeito, se é suspeito é negro: uma análise discursiva da produção de suspeita em notícias da Folha de S. Paulo*. 2015. Dissertação (Mestrado em Relações Étnico-Raciais) – Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Rio de Janeiro, 2015.
- PALMA, Rogério da; TRUZZI, Osvaldo. Subalternização e dependência: formação e trajetória de uma família negra no oeste paulista. *Estudos de Sociologia*, v. 26, n. 50, p. 423-443, 2021.
- PASSOS, Lara de Paula. *Arqueopoesia: uma proposta feminista afrocentrada para o universo arqueológico*. 2019. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.
- PASSOS, Lara de Paula. *Da beira ao fundo: uma análise bibliométrica feminista da arqueologia brasileira a partir de dois estudos de caso*. 2017. Monografia (Bacharelado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017.
- PASSOS, Lara de Paula. Vive em mim toda Marielle Franco: repressão, resistência, arqueopoesia e a materialidade das vivências de mulheres negras. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, n. 35, p. 79-102, 2020.
- PEREIRA, Walter Luiz Carneiro de Mattos; PESSOA, Thiago Campos. Silêncios atlânticos: sujeitos e lugares praieiros no tráfico ilegal de africanos para o sudeste brasileiro (c. 1830-c. 1860). *Estudos Históricos*, v. 32, n. 66, p. 79-100, 2019.
- PESSOA, Thiago Campos. O comércio negreiro na clandestinidade: as fazendas de recepção de africanos da família Souza Breves e seus cativos. *Afro-Ásia*, n. 47, p. 43-78, 2013.
- POSEY, Darrel A. Alternatives to Forest Destruction: Lessons from the Mebengokre. *The Ecologist*, v. 19, n. 6, p. 241-244, 1989.
- PRADO JUNIOR, Manoel Batista. *Entre senhores, escravos e homens livres pobres: família, liberdade e relações sociais no cotidiano da diferença (Mangaratiba, 1831-1888)*. 2011. Dissertação

- (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2011.
- PRANDI, Reginaldo. Os orixás e a natureza. *Revista de Estudos Afro-Brasileiros*, v. 3, n. 1, p. 285-307, 2022.
- RAMOS, Sara Martins. O tempo de Exu: necropolítica, história e memória em Kindred. *Revista de Literatura, História e Memória*, v. 16, n. 27, p. 155-175, 2020.
- RANGEL, Maria Cristina; GOMBERG, Estélio. A água no candomblé: a relação homem-natureza e a geograficidade do espaço mítico. *Geoiंगा*, v. 8, n. 1, p. 23-47, 2016.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Revista Brasileira de Educação*, v. 15, n. 45, p. 434-444, 2010.
- RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.
- RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. *Memórias do cativo: família, trabalho e cidadania no pós-abolição*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- RIOS, Ana Maria Lugão; MATTOS, Hebe Maria. O pós-abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. *Topoi*, v. 5, n. 8, p. 170-198, 2004.
- ROJO, Roxane. Letramento(s): práticas de letramentos em diferentes contextos. In: ROJO, Roxane. *Letramentos múltiplos, escola e inclusão social*. São Paulo: Parábola, 2009. p. 95-121.
- ROLNIK, Raquel. Territórios negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, Renato Emerson dos (org.). *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 75-90.
- RUFINO, Luis. Epistemologia na encruzilhada: política do conhecimento por Exu. *Abatirá*, v. 2, n. 4, p. 19-30, 2021.
- RUFINO, Luis. *Pedagogia das encruzilhadas*. Rio de Janeiro: mórula, 2019.
- SANTANA, Ingrid Adrielle de Souza Freitas. Arqueologia: da colonialidade a pluriversos. *Anãnsi*, v. 3, n. 2, p. 283-297, 2022.
- SCHLANGER, Sarah H. Recognizing Persistent Places in Anasazi Settlement Systems. In: ROSSIGNOL, Jacqueline; WANDSNIDER, LuAnn (org.). *Space, Time, and Archaeological Landscapes*. New York (US): Springer, 1992. p. 91-112.
- SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”*: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana. 2012. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.
- SHANKS, Michael; PLATT, David; RATHJE, William L. The Perfume of Garbage: Modernity and the Archaeological. *Modernism/Modernity*, v. 11, n. 1, p. 61-83, 2004.
- SILVA, Juliana Delphino Garcia da. Livres, libertos e escravizados: as distintas modalidades de trabalho africano em Itaguahy (1850-1870). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. São Paulo: ANPUH, 2021. p. 1-16.
- SILVA, Lúcia Helena Oliveira. Vivências negras: trabalhando com a ausência depois da abolição. *Diálogos*, v. 14, n. 3, p. 557-577, 2010.
- SKERRETT, Allison. English Teacher’s Racial Literacy Knowledge and Practice. *Race Ethnicity and Education*, v. 14, n. 3, p. 313-330, 2011.

- SODRÉ, Muniz. Exu inventa o seu tempo. In: SODRÉ, Muniz. *Pensar nagô*. Petrópolis: Vozes, 2017, p. 204-229. SOUZA, Adara Guimarães de. *Extra! Extra! Um negro foi/é encontrada morta em Pelotas: contribuições arqueológicas para a luta antirracista no contexto pelotense*. 2021. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.
- SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar?* Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- SYMANSKI, Luís Cláudio P. Introduction: Archaeology of African Diaspora Contexts in Brazil. *Journal of African Diaspora Archaeology and Heritage*, v. 5, n. 2, p. 63-70, 2016.
- TRIBUNA DA IMPRENSA. Rio de Janeiro, 13 maio 1954, Ano VI, n. 1330, p. 2. Disponível em: [http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083\\_01&pagfis=15603](http://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=154083_01&pagfis=15603). Acesso em: 28 out.2019.
- ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 7 maio 1954, n. 886, Ano IV, p. 4. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=18597>. Acesso em: 28 out.2019.
- ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 13 jun. 1961, Ano XI, n. 3366, p. 5. Disponível em: <https://memoria.bn.br/docreader/DocReader.aspx?bib=386030&pagfis=69542>. Acesso em: 28 out.2019.
- ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 14 jun. 1961, Ano XII, n. 3367, p. 2. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 28 out.2019.
- VALENCIO, Norma. O desastre como lócus da barbárie: apontamentos sobre o caso brasileiro. In: VALENCIO, Norma (org.) *Sociologia de desastres: construção, interfaces e perspectivas no Brasil*. São Carlos: RiMa, 2010. v. 2, p. 31-52.
- VARGAS, João H. Costa. Apartheid brasileiro: raça e segregação residencial no Rio de Janeiro. *Revista de Antropologia*, v. 48, n. 1, p. 75-131, 2005.
- VIVIAN, Diego. *Indústria portuária sul-rio-grandense: portos, transgressões e a formação da categoria dos vigias de embarcações em Porto Alegre e Rio Grande (1956-1964)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.
- WEIMER, Rodrigo de Azevedo. A família dos 'Inácios': práticas de nomeação e memória da escravidão (litoral do Rio Grande do Sul, século XIX e XX). *Topoi*, v. 21, n. 45, p. 819-841, 2020.
- ZEDEÑO, María Nieves. The Archaeology of Territory and Territoriality. In: DAVID, Bruno; THOMAS, Julian (ed.). *The Handbook of Landscape Archaeology*. Walnut Creek (US): Left Coast, 2008. p. 210-217.
- ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PAIVA, Angela. Uma sociologia do licenciamento ambiental: o caso das hidrelétricas em Minas Gerais. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens; PEREIRA, Doralice Barros (org.). *A insustentável leveza da política ambiental: desenvolvimento e conflitos socioambientais*. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. p. 89-116.